

<https://doi.org/10.1590/1980531410796>

SEMPRE ELAS? VALORES E DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO EM PERSPECTIVA COMPARADA

 Felícia Picanço^I

 Maira Covre-Sussai^{II}

 Isadora Vianna Sento-Sé^{III}

 Clara Araújo^{IV}

^I Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil; felicia@uol.com.br

^{II} Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil; mairacovre@gmail.com

^{III} Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil; isadorasentose@gmail.com

^{IV} Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil; claramaria.araujo@gmail.com

Resumo

De que forma os valores de gênero e as práticas em relação ao trabalho doméstico variam segundo os contextos nacionais e as características dos indivíduos? Para responder a essa pergunta, o artigo analisa os dados do Family and Changing Gender Roles, do International Social Survey Programme (ISSP), elegendo as questões sobre os valores de gênero e práticas na divisão do trabalho doméstico de 41 países de diferentes continentes através de análise multinível. Os resultados indicam que gênero, escolaridade, horas trabalhadas, religião e religiosidade influenciam valores e práticas de gênero. Mas, enquanto o contexto nacional no qual as pessoas vivem afeta os valores de gênero, os países se mostram muito mais homogêneos no que se refere às práticas relacionadas à divisão sexual do trabalho.

DESIGUALDADE • RELAÇÕES DE GÊNERO • DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO •
TRABALHO DOMÉSTICO

Recebido em: 15 DEZEMBRO 2023 | Aprovado para publicação em: 26 ABRIL 2024



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY.

ALWAYS THE WOMEN? VALUES AND HOUSEWORK DIVISION IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE

Abstract

This article explores how attitudes and behaviors toward housework vary across countries and among individuals, focusing on gender roles. Using data from the International Social Survey Programme (ISSP), specifically its Family and Changing Gender Roles module, the study employs multilevel analysis to examine responses from 41 countries across different continents. The findings reveal that factors such as gender, education, working hours, religion, and religiousness influence attitudes and practices related to domestic labor. Moreover, while national contexts play a role in shaping gender values, there is notable uniformity across countries in actual practices concerning the sexual division of housework.

INEQUALITY • GENDER RELATIONS • SEXUAL DIVISION OF LABOR • DOMESTIC WORK

¿SIEMPRE ELLAS? VALORES Y DIVISIÓN DEL TRABAJO DOMÉSTICO EN UNA PERSPECTIVA COMPARADA

Resumen

¿De qué forma los valores de género y las prácticas en relación al trabajo doméstico varían según los contextos nacionales y las características de los individuos? Para responder a esa pregunta, el artículo analiza los datos del Family and Changing Gender Roles, del International Social Survey Programme (ISSP), eligiendo las preguntas sobre los valores de género y prácticas en la división del trabajo doméstico, de 41 países de diferentes continentes a través del análisis multinivel. Los resultados indican que el género, la educación, las horas trabajadas, la religión y la religiosidad influyen en los valores y prácticas de género. Pero, mientras el contexto nacional en el que las personas viven afecta los valores de género, los países se muestran mucho más homogéneos en lo que se refiere a las prácticas relacionadas con la división sexual del trabajo.

DESIGUALDAD • RELACIONES DE GÉNERO • DIVISIÓN SEXUAL DEL TRABAJO •
TRABAJO DOMÉSTICO

TOUJOURS ELLES? LES VALEURS ET LA DIVISION DU TRAVAIL DOMESTIQUE DANS UNE PERSPECTIVE COMPARATIVE

Résumé

Comment les valeurs et les pratiques de genre sur le travail domestique varient-elles en fonction des contextes nationaux et des caractéristiques des individus? Pour répondre à cette question, l'article, à travers une analyse multiniveaux, examine les données de l'enquête Family and Changing Gender Roles de l'International Social Survey Programme (ISSP), où ont été sélectionnées des questions sur les valeurs de genre et les pratiques de la division du travail domestique, dans 41 pays de différents continents. Les résultats indiquent que le genre, le niveau de scolarité, le nombre d'heures travaillées, la religion et la religiosité influencent les valeurs et les pratiques de genre. Toutefois, si le contexte national dans lequel vivent les gens influe sur les valeurs de genre, les pays semblent beaucoup plus homogènes pour ce qui est des pratiques liées à la division sexuelle du travail.

INÉGALITÉS • RELATIONS DE GENRE • DIVISION SEXUELLE DU TRAVAIL • TRAVAIL DOMESTIQUE

UM DOS ASPECTOS FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSÃO DE COMO AS DESIGUALDADES de gênero se estruturam e se reproduzem ao longo do tempo é a distribuição do trabalho doméstico e de cuidados entre os membros da família. Historicamente, o termo “trabalho” nomeou apenas atividades remuneradas, em geral exercidas por homens, enquanto na esfera privada as atividades realizadas para reprodução da família, exercidas pelas mulheres, eram concebidas como parte da natureza feminina. Essas construções são informadas pelos valores culturais em relação ao gênero (masculino e feminino) e se tornam visíveis nas crenças de que existem aptidões e propensões naturais de acordo com o sexo (homem ou mulher), e de que a divisão sexual do trabalho doméstico é expressão dessas diferenças.

A naturalização foi desestabilizada a partir de estudos socioantropológicos que mostraram a variabilidade na condição de homens e mulheres em diferentes contextos sociais, e do ativismo feminista, que reivindicou, entre outras coisas, igualdade no mercado de trabalho e políticas públicas de apoio à família. Ambos se encontraram na produção das teorias sociais feministas, cujas formulações demonstram que a esfera do trabalho remunerado e a esfera da família estão organicamente conectadas e se relacionam à reprodução social. Contudo isso ocorre através da produção e reprodução de hierarquias, diferenças e desigualdades de gênero (Hirata & Kergoat, 2007), com as tarefas realizadas para a reprodução da família se constituindo em trabalho não remunerado exercido pelas mulheres.

Os estudos empíricos mostraram que a desigualdade de gênero na divisão do trabalho doméstico e de cuidados persiste ao longo do tempo e entre países com diferentes valores culturais de gênero e níveis de desenvolvimento econômico (Altintas & Sullivan, 2016). A persistência, somada à ação política dos movimentos pró-igualdade de gênero, estimularam países, europeus em maior escala, a encampar políticas de provimento de cuidados, como creches, casas de idosos e ações afirmativas e estímulo a maior igualdade de gênero. Esse estímulo se deu por meio da concessão de licenças parentais de maior duração e negociada entre os responsáveis pela criança; da proibição de pagamentos diferenciados para mesma função de acordo com o sexo; de políticas públicas de incentivo às mulheres ocuparem cargos políticos, na ciência e tecnologia e postos de gerência e comando; e de campanhas para a corresponsabilidade no cuidado dos filhos e na manutenção da casa (Landwerlin et al., 2020). Em outros tantos países, que não investiram nesses tipos de políticas públicas, o primado tem sido a saída pela contratação de serviços de suporte às famílias, a manutenção da responsabilização das mulheres pelas tarefas domésticas e de cuidados ou a corresponsabilização entre os membros da família e redes pessoais de apoio.

Este artigo visa a contribuir com as análises sobre a reprodução das desigualdades de gênero em perspectiva comparada. Para tanto, utilizamos o banco de dados da 4ª rodada do módulo *Family and Changing Gender Roles*, do *International Social Survey Programme* (ISSP), incluindo o *survey* realizado no Brasil, e aplicamos análises multiníveis com o objetivo de analisar valores e práticas relacionados à divisão sexual do trabalho doméstico, controlando-as pelas variáveis de contexto e individuais.

O ISSP é um consórcio de grupos de pesquisa por país, sediado no *GESIS¹ Leibniz Institute for the Social Sciences* [Instituto Leibniz de Ciências Sociais], que realiza *surveys* sobre valores e atitudes, segundo temas predefinidos, tais como: papel do governo, redes sociais, desigualdade social, família e mudança dos papéis de gênero, religião, meio ambiente. Os temas são chamados

1 Gesellschaft Sozialwissenschaftlicher Infrastruktureinrichtungen.

de módulos e se repetem em uma periodicidade de 5 a 10 anos. O grupo de cada país, ao se filiar, é responsável pela realização do *survey* a partir de um questionário padronizado e seguindo as instruções amostrais elaborados pela equipe do ISSP. Após a realização do *survey* em cada país, o banco de dados é entregue ao ISSP e a equipe responsável agrega os bancos em um só e o disponibiliza no *site* <https://issp.org>. Os dados do *survey* do Brasil foram compatibilizados e agregados ao banco internacional,² permitindo, portanto, sua inserção na comparação internacional.

O artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução. Na primeira tecemos algumas considerações sobre os principais aspectos destacados pela literatura relacionados com a divisão do trabalho doméstico e do cuidado. Em seguida apresentamos os dados e as variáveis que sustentaram a nossa análise. O terceiro item discute a metodologia usada para a construção dos nossos índices e os resultados. Por fim, fazemos algumas considerações a respeito do tema e das convergências encontradas na literatura.

Valores, atitudes e divisão do trabalho doméstico: Um olhar para a literatura

Valores de gênero podem ser definidos como um conjunto de ideias incorporadas ao senso comum sobre condições, características e aptidões do masculino e feminino, em geral baseados em uma compreensão binária e intrínseca à natureza dos homens e das mulheres, incorporados e transmitidos através das instituições, como famílias, escolas, locais de trabalho, bem como tradições culturais e religiosas. Tais valores definem o que chamamos de “papéis de gênero”. Os papéis de gênero se referem a comportamentos esperados e classificados como adequados para homens e mulheres em relação a parentalidade, sexualidade, estética, cuidado com filhos e dependentes, realização das tarefas domésticas (cozinhar, arrumar a casa, lavar e passar roupas, entre outras atividades) e inserção no mercado de trabalho. Na definição dos papéis, dois elementos são fundantes: o “essencialismo de gênero”, entendido como a crença de que há atributos, características e aptidões naturais de homens – por exemplo, homens são naturalmente provedores, fortes e racionais – e de mulheres – por exemplo, mulheres, por serem os corpos que geram os filhos, são naturalmente cuidadoras e afetivas; e a “supremacia masculina”, na qual os atributos ligados ao masculino e o que eles produzem são considerados superiores aos atributos ligados ao feminino, por isso mais valorizados socialmente e economicamente (Crompton & Lyonette, 2005; Chatillon et al., 2018).

Ao longo da primeira metade do século XX, o “essencialismo de gênero” e a “supremacia masculina” foram crenças fundamentais para a sustentação da ideia de que o cuidado dos filhos, realização do trabalho doméstico e engajamento em empregos na prestação de serviços domésticos, de cuidado e de higiene pessoal, na educação infantil e básica e nas atividades não manuais de rotina eram papéis considerados mais adequados para as mulheres por serem parte da sua natureza maternal, dócil, delicada, afetiva e cuidadosa. Atributos esses menos valorizados que a força, racionalidade, agressividade, competitividade e assertividade, atributos dos homens (Sorj, 2013; Hirata & Kergoat, 2007; Chatillon et al., 2018).

2 O Brasil foi filiado ao ISSP em 2002, quando participou da 3ª rodada do módulo Family and Changing Gender Roles. Em 2012, período da realização da 4ª rodada desse módulo, o Brasil não tinha nenhum grupo de pesquisa filiado. Mas, em 2016, ainda que não filiado ao ISSP, parte das pesquisadoras envolvidas na realização e análises do *survey* de 2002, sob a coordenação de Clara Araújo, realizou o *survey* baseado no questionário padronizado internacional da 4ª rodada do módulo. Os dados do *survey* do Brasil de 2016 foram compatibilizados ao banco internacional oriundo da 4ª rodada do módulo e as análises gerais foram apresentadas no GESIS durante a estadia de Felícia Picanço como *visiting fellow* na instituição. O estudo deu origem a um livro (Araújo, Gama et al., 2018), o qual comparou o Brasil a mais seis países (Chile, Espanha, EUA, Japão, Suécia).

As análises comparativas e transnacionais, ao longo das cinco últimas décadas, apontam que a adesão aos valores tradicionais do homem como provedor, mais racional e mais apto a ocupar cargos de liderança e mais bem remunerado, e da mulher como cuidadora prioritária da casa e família, mais frágil e menos apta aos cargos de liderança, vem perdendo espaço. Todavia essa redução não é acompanhada por um aumento equivalente do envolvimento e responsabilização dos homens pelo trabalho doméstico e de cuidados na casa e na família. As pesquisas seguem identificando que as mulheres ingressam no mercado de trabalho majoritariamente em ocupações consideradas tipicamente femininas e com jornada de trabalho que permita a articulação com as tarefas domésticas e de cuidados; quanto aos homens, pouco ampliam a média de horas dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados (Mandel & Lazarus, 2021; Araújo, Picanço et al., 2018). Nas últimas décadas, acompanhamos a redução da crença na “supremacia masculina” e a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho e no sistema de ensino, contudo a crença no “essencialismo de gênero” não diminuiu na mesma intensidade (Charles & Bradley, 2009; Levanon & Grusky, 2016; Quadlin, 2020; Barone & Assirelli, 2020).

Mas como esse diagnóstico foi possível? Desde o final dos anos 1970, diferentes estudos passaram a desenvolver formas de mensuração de valores culturais com o interesse em comparar as variações ao longo do tempo e entre contextos sociais, culturais e econômicos distintos. Nessa esteira, pesquisas têm sido produzidas para medir valores e práticas da divisão do trabalho doméstico, possibilitando a comparação de uma mesma sociedade ao longo do tempo, mas também a variação dentro e entre países (Lomazzi & Seddig, 2020).

Como os valores não são dimensionáveis diretamente, as pesquisas investiram na mensuração das atitudes de gênero, entendidas como as avaliações positivas e negativas sobre papéis sociais definidos pelos valores de gênero. Logo, as atitudes de gênero se referem às percepções dos papéis sociais para homens e mulheres, em particular às crenças sobre a divisão do trabalho remunerado e não remunerado, cuidado infantil e afazeres domésticos, com base em uma separação de tarefas e responsabilidades por gênero (Lee, 2010; Davis & Greenstein, 2009). Atitudes de gênero podem, portanto, ser assumidas como uma medida de inclinação individual à igualdade ou à tradição (Inglehart & Welzel, 2005), e, também, como ideias que informam as configurações domésticas relacionadas à divisão de trabalho remunerado e não remunerado entre os parceiros (Kroska & Elman, 2009).

As atitudes são usadas por estudiosos para compreender as variações da divisão de trabalho doméstico (Mandel et al., 2020; Bianchi et al., 2012; Crompton et al., 2005; Fuwa, 2004; Davis & Greenstein, 2004), da renda (Stickney & Konrad, 2007), do emprego (Oláh et al., 2021) e do conflito trabalho-família (Yucel & Chung, 2021). Mas, também, são analisadas como impactadas pelas variáveis de contexto, como valores culturais (Lomazzi & Seddig, 2020) e presença de mulheres no mercado de trabalho (Mandel & Lazarus, 2021).

Analisando a bibliografia produzida, inicialmente três linhas de pesquisa foram determinantes para a formação do campo de estudos sobre valores e atitudes de gênero. A primeira linha trata de investigar quais são os fatores macrossociais, como regimes de governo, políticas de bem-estar social, traços culturais predominantes no país, como religião e “familismo”, que explicam a variação da adesão a valores mais ou menos tradicionais de gênero entre os países. Essas variáveis de “nível macro” são apresentadas em estudos que enfatizam a importância de fatores no nível societal e cultural, como normas sociais, restrições institucionais, mas também o efeito de políticas de redução de desigualdades sociais e de gênero na formação dos valores de gênero. A segunda

linha procura investigar como os fatores individuais, “nível micro”, tais como gênero, raça, escolaridade, renda, presença de filhos pequenos, frequência religiosa, explicam a variação da adesão a valores mais ou menos tradicionais de gênero dentro dos países. E a terceira trata de investigar quais os impactos dos valores de gênero nas práticas cotidianas das famílias, em especial na divisão do trabalho doméstico.

Na primeira linha de pesquisa, aquela que analisa os fatores macrossociais sobre os valores de gênero, as pesquisas mostram que o desenvolvimento socioeconômico e a adesão à igualdade de gênero estão positivamente associadas. Quanto maior desenvolvimento econômico, maior participação das mulheres no mercado de trabalho, no sistema educacional e no parlamento/congresso e maior a adesão a valores igualitários de gênero (Boehnke, 2011; Fortin, 2005; Therborn, 2004). A abordagem culturalista destaca a influência de valores sociais mais amplos, normas e preferências no contexto de arranjos de trabalho específicos de gênero (Haas, 2005).

Além das diferentes estruturas sociais, as nações também diferem em suas culturas e, particularmente, nas orientações de valores sociais. Aqueles que propõem explicações culturais enfatizam a relação íntima entre as atitudes em relação aos papéis de gênero e o sistema de valores predominante na sociedade. Por exemplo, alguns estudos apontaram o papel das crenças religiosas e do processo de secularização nas atitudes em relação ao gênero, e como essas atitudes evoluem ao longo do tempo (Droogenbroeck & Spruyt, 2021). A maioria das religiões apoia a divisão tradicional de papéis de gênero, e o processo de secularização é considerado como promotor da liberalização das normas tradicionais de gênero, além de erodir os princípios de atribuição e valorização da autorrealização (Inglehart & Norris, 2003).

Diversos estudos documentaram como mudanças estruturais afetam as atitudes de gênero. Tais mudanças estão diretamente conectadas à evolução das políticas de bem-estar e familiares, o que, por sua vez, também pode influenciar os valores de gênero. Fatores institucionais, como as políticas que buscam equilibrar responsabilidades domésticas e profissionais, são indicadores importantes das atitudes de gênero. A disponibilidade de serviços como creches e licenças parentais molda as oportunidades, influenciando assim as opiniões individuais (Lomazzi et al., 2018; Knudsen & Wærness, 2008; Fuwa, 2004; Sjöberg, 2004).

Sjöberg (2004) e Goossen (2020) destacam que a influência de políticas de apoio à família e à redistribuição do trabalho não pago promovidas pelo Estado afetam as práticas de duas maneiras: ao permitir a conciliação entre trabalho e família e ao estabelecer aquilo que é um comportamento normativamente adequado. Em um estudo focado nas atitudes em relação ao emprego das mães, Knudsen e Wærness (2001) comparam Grã-Bretanha, Suécia e Noruega, e encontram uma variação clara nas atitudes influenciadas por diferentes políticas de bem-estar.

A segunda linha de pesquisa, centrada na análise dos efeitos de fatores individuais para explicar as diferenças nos valores de gênero, aponta que pessoas jovens, com maior escolaridade, maior renda e moradoras em contextos urbanos são mais propensas a expressar valores mais igualitários (Picanço et al., 2021; Kroska & Elman, 2009; Sjöberg, 2004; Bolzendahl & Myers, 2004). Além disso, evidenciam que eventos no curso de vida, como se tornar pai ou mãe, tornam as pessoas propensas a adotar papéis mais tradicionais (Vespa, 2009).

Para mulheres, ser jovem e estar inserida no mercado de trabalho aumenta o apoio a valores de gênero mais igualitários. É interessante apontar que a idade tem maior efeito para as mulheres do que para os homens, pois mulheres mais velhas tendem a aderir a valores mais tradicionais do que mulheres jovens, sendo a distância entre elas maior do que a distância entre homens

jovens e mais velhos. Logo, no nível individual, variáveis como escolaridade, sexo, raça/cor, idade, estado civil, ter ou não filhos se mostraram relevantes para se explicar tanto a adesão a valores mais igualitários de gênero, bem como para determinar as práticas relativas à divisão do trabalho doméstico (Picanço et al., 2021; Oláh et al., 2021; Gubernskaya, 2010; Coltrane, 2000).

Já a terceira linha de pesquisa busca analisar os efeitos dos valores sobre as práticas. Nessa perspectiva, a questão é analisar em que medida valores mais igualitários resultam em uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico entre os membros do casal. Artis e Pavalko (2003) concluem que as mulheres que se tornam mais igualitárias em relação aos valores de gênero ao longo do tempo reduzem as horas dedicadas ao trabalho doméstico, mesmo após o controle de outras variáveis como mudanças na estrutura familiar ou disponibilidade de tempo. Em relação aos homens, os achados indicam que os mais jovens tendem a dedicar mais horas para a realização de trabalhos domésticos porque têm valores mais igualitários de gênero (Davis & Greenstein, 2004). Como argumentam Fan e Marini (2000), as mães que exercem trabalho remunerado têm atitudes de gênero mais igualitárias e socializam os filhos com valores mais igualitários. De acordo com os autores, esse padrão de efeitos, em combinação com o aumento da escolaridade e do emprego feminino, sugere que a tendência à “destraditionalização” deve persistir (Hong et al., 2023; Khamis & Ayuso, 2022; Mandel et al., 2020).

Coltrane (2000), em artigo que revisa mais de duzentos estudos produzidos sobre o tema, dentro das três linhas apontadas acima, conclui que, embora não seja possível definir uma perspectiva teórica mais adequada para explicar a concentração do trabalho doméstico na mulher, é possível compreender que o trabalho doméstico incorpora um conjunto complexo de práticas materiais e simbólicas que constitui e reproduz a vida cotidiana. Na busca por ampliar a capacidade explicativa do fenômeno dos valores de gênero e da distribuição do trabalho doméstico e de cuidados, emerge o interesse em integrar os diferentes níveis nas análises.

O objetivo de integrar na análise os efeitos do contexto (nível macro) e os efeitos das características individuais dos respondentes (nível micro) utilizando análise de regressão para explicar a variação da adesão a valores mais igualitários e a divisão das tarefas domésticas não é novo, como se vê, por exemplo, em Picanço et al. (2021). Mas, em estudos anteriores, as variáveis eram incorporadas ao modelo de regressão linear. Já a análise multinível tem a vantagem de permitir examinar como as variáveis individuais (nível micro) e variáveis relativas a normas sociais, políticas públicas, práticas institucionais (nível macro) impactam os valores de gênero e a divisão do trabalho doméstico e explicam as variações encontradas em contextos distintos. Alguns estudos com análise multinível merecem destaque.

A partir das questões sobre qual seria a situação ideal em relação ao trabalho do pai e da mãe fora de casa quando o casal tem filho de até 4 anos, conduzidas pelo ISSP em 27 países, Edlund e Öun (2023) concluem que a igualdade de gênero no nível macro está positivamente associada aos ideais de família menos marcados por gênero; as instituições e normas que operam nacionalmente impactam nas opiniões dos indivíduos sobre a configuração da família em relação ao trabalho do homem e da mulher.

Altintas e Sullivan (2017) analisam os dados do *Multinational Time Use Study* (MTUS) para 15 países, escolhidos a partir da classificação que as autoras fazem em quatro tipos de regime: liberais (Estados Unidos, Canadá e Reino Unido), nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Suécia e Noruega), sulistas (Itália, Espanha e Israel) e corporativos (França e Alemanha). Os resultados apontam que o regime tem impacto nas tendências de envolvimento dos homens no trabalho doméstico e de

cuidados ao longo do tempo. Os pais dos países nórdicos são aqueles que estabelecem o padrão de maior envolvimento. Nos países do Sul, os pais partem de uma baixa participação, mas ampliam ao longo do tempo. Os pais dos países corporativos partem de alta participação, mas mostram pouca mudança ao longo do tempo. E nos países liberais, observa-se que há uma diferença importante: a distinção entre pais que se envolvem e aqueles que não se envolvem. Entre os que se envolvem há um crescimento ao longo do tempo, equiparando-os aos pais dos países nórdicos. Com isso, há traços que agregam as tendências dos países segundo os regimes. No nível micro, as autoras destacam que pais com maior escolaridade proporcionam mais educação para os seus filhos, e quanto maior escolaridade, maior envolvimento nas tarefas domésticas, e os pais desempregados têm mais envolvimento no trabalho doméstico.

Hofäcker e Braun (2022) encontraram uma correlação negativa entre horas de trabalho remunerado e horas dedicadas ao trabalho doméstico. Para os autores, esse padrão vai além de questões relativas à disponibilidade de tempo, refletindo as diferenças no mercado de trabalho e do poder de negociação de homens e mulheres no ambiente doméstico. Esse mesmo estudo mostrou que, independentemente do país, as mulheres dedicam mais horas do que os homens ao trabalho doméstico, evidenciando o baixo impacto das variáveis de nível macro. Os autores concluem que ainda há uma persistente influência de normas de gênero nas práticas diárias de divisão do trabalho doméstico.

Hagqvist (2018) analisa como a divisão de gênero no trabalho doméstico mudou entre 1994 e 2012 em 21 países. Para tanto, ela usou como variável dependente a declaração do respondente sobre como o trabalho é dividido entre o(a) respondente e o(a) parceiro(a). As variáveis de controle no nível individual foram gênero, idade, grau de escolaridade, horas semanais trabalhadas e presença de crianças no ambiente doméstico. No nível macro, o estudo incluiu três indicadores: normas de igualdade de gênero, a quantidade de mulheres com educação superior e a taxa de emprego feminino. A variável normas de igualdade de gênero é um índice constituído de seis itens compostos pelo grau de concordância ou discordância das seguintes afirmações: “uma mãe que trabalha fora de casa pode ser tão boa mãe quanto uma mãe que não trabalha”; “uma criança na creche sofre se a mãe trabalha em tempo integral fora de casa”; “em geral a vida familiar fica prejudicada quando uma mulher trabalha em tempo integral”; “o que as mulheres realmente querem é uma casa e filhos”; “ser uma dona de casa é tão gratificante quanto um trabalho remunerado”; e “o trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família”. O estudo concluiu que a divisão sexual do trabalho ficou mais igualitária ao longo do tempo, com exceção nos Estados Unidos, França, Hungria, Letônia, Eslováquia e Suíça, onde não foi observada mudança estatisticamente significativa. Em nenhum país houve o movimento de redução de igualdade na divisão do trabalho (Hagqvist, 2018).

Assim como Hofäcker e Braun (2022), Hagqvist (2018) aponta que a maior igualdade na divisão do trabalho doméstico é um resultado não apenas da redução do tempo que as mulheres gastam dedicadas ao trabalho doméstico, mas também da percepção dos indivíduos em relação à maior igualdade no mercado de trabalho. Além disso, a autora, ao comparar os países segundo os “modelos de políticas de famílias”, mostra que os países com modelo de políticas de família mais conservador partiam de um patamar mais baixo em termos de igualitarismo na divisão do trabalho doméstico, mas mostraram maior mudança ao longo dos anos analisados do que aqueles que saíram de patamares mais altos. A conclusão é que o quadro institucional, definido pelos fa-

tores sociais, tem influência tanto na divisão do trabalho doméstico quanto nas mudanças nessa divisão ao longo do tempo (Hagqvist, 2018).

Já uma análise comparando 25 países com dados de 2002 e 2012 (Mandel & Lazarus, 2021) mostrou que os valores de gênero foram mais determinantes para a divisão do trabalho doméstico do que fatores estruturais, como a participação de mulheres no mercado de trabalho. O estudo analisou a diferença da média de horas dedicadas ao trabalho doméstico entre mulheres e homens, sem incluir as atividades de cuidado. A análise incluiu duas variáveis individuais: a independência econômica das mulheres, calculada pela diferença entre a renda do parceiro e a renda da mulher, dividida pela renda total; e a ideologia de gênero (definida pela concordância com as afirmações presentes no questionário do ISSP). As variáveis de nível macro escolhidas foram: participação das mulheres na força de trabalho e a média do índice de ideologia de gênero (descrito anteriormente). Os resultados mostraram que, embora importante, o aumento dos recursos econômicos das mulheres não é suficiente para maior divisão sem uma transformação ideológica em direção ao igualitarismo de gênero. Esse contexto promove a igualdade no trabalho doméstico ao mudar os “padrões nacionais” subjacentes e muda o padrão do que constitui uma divisão justa, empurrando os limites do que é considerado uma divisão injusta do trabalho doméstico em direção à igualdade (Greenstein, 2000). Portanto os pesquisadores argumentam que as políticas destinadas a tornar o mercado de trabalho mais amigável para as mulheres atingiram seu limite (Mandel & Lazarus, 2021).

Com base nos achados dessa literatura, parte da qual se apoia em dados do ISSP, nos interessa comparar os países introduzindo dimensões e análises ainda inéditas no campo.

Dados e variáveis: Sobre os índices e suas construções

Neste estudo, utilizamos os dados dos 39 países participantes do survey do ISSP em 2012 e do Brasil coletados em 2016, para verificar tendências, similaridades e especificidades nos valores, medidos através dos valores e atitudes acerca dos papéis de gênero e das práticas relacionadas à divisão sexual do trabalho doméstico, em diferentes contextos de desenvolvimento e desigualdades socioeconômicas.³ Para tanto, construímos dois indicadores, o Índice de Atitude de Gênero (IAG), que mede os valores, e o Índice de Concentração do Trabalho Doméstico nas Mulheres (ICM), que mede as práticas acerca do trabalho doméstico não remunerado. Em seguida, calculamos modelos de regressão multinível, sendo o IAG e o ICM as variáveis dependentes; gênero, idade, escolaridade, filiação religiosa e religiosidade as variáveis independentes no nível individual; e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desigualdade de Gênero [*Gender Inequality Index*] (GII) as variáveis independentes que caracterizam as diferenças entre os países, no nível macro. O IDH compara e classifica países a partir de índices de expectativa de anos de escolaridade, média de anos de escolaridade, expectativa de vida ao nascer e rendimento *per capita*. O GII calcula a desigualdade de gênero nos países a partir das seguintes medidas: mortalidade materna, taxa de gravidez na adolescência, número de assentos de representantes no parlamento/congresso nacional, população feminina com, pelo menos, educação secundária e taxa de participação de mulheres no mercado de trabalho. No IDH, quanto mais perto de 0, menor é o desenvolvimento humano e mais desigual é o país; já no GII, quanto mais perto de 0, mais igualitário é o país.

3 As estatísticas descritivas da base de dados como um todo e de cada país incluído na análise poderão ser disponibilizadas mediante consulta às autoras.

Para tanto, analisamos os dados a partir da regressão multinível, através da qual é possível estimar, separadamente, o impacto das características individuais das pessoas respondentes e o impacto do contexto, de questões estruturais, nos valores e práticas de gênero.

Índice de Atitude de Gênero (IAG)

Para medir as atitudes de gênero, selecionamos as perguntas sobre o grau de concordância/discordância com as afirmações: “Uma mãe que trabalha fora de casa pode ser tão boa mãe quanto uma mãe que não trabalha”; “Em geral a vida familiar fica prejudicada quando uma mulher trabalha em tempo integral”; “O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família”; e “Um pai ou uma mãe sozinho(a) pode criar o(a) filho(a) tão bem quanto um casal”.

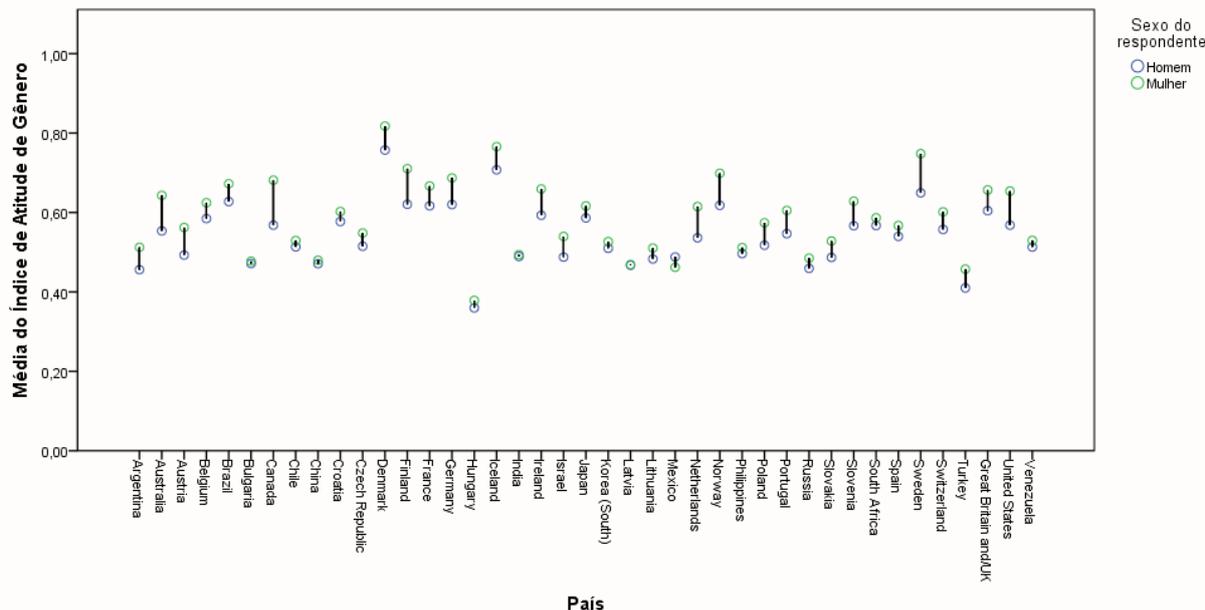
A partir das perguntas construímos o IAG da seguinte forma: as respostas das perguntas foram transformadas em uma escala de 0 a 1, onde 1 significa total concordância com visões mais igualitárias de gênero e 0 total discordância. Por exemplo, na questão “Uma mãe que trabalha fora de casa pode ser tão boa mãe quanto uma mãe que não trabalha”, os valores atribuídos foram: concordo totalmente = 1; concordo = 0,75; nem concorda, nem discorda = 0,50; discorda = 0,25; discorda totalmente = 0. Em seguida, os valores das respostas foram somados e transformados em uma escala de 0 a 1. O IAG varia de 0 (atitudes mais tradicionais) a 1 (atitudes mais igualitárias). A amostra foi composta por mulheres e homens de todos os países.

A prática de atribuir pontos aos dados coletados através de escalas Likert, somá-los e transformá-los numa escala linear é comum nas ciências sociais, em especial nos estudos sobre valores, atitudes e práticas de gênero (Araújo, Gama et al., 2018; Araújo & Veiga, 2017; Platt & Polavieja, 2016; Constantin & Voicu, 2015; Kroska & Elman, 2009), quando se pretende criar um índice que representa um conteúdo latente diferente do conjunto isolado das questões do *survey*. No entanto existe um debate na área da estatística aplicada às ciências sociais acerca dessa prática. O principal argumento contrário à linearização das escalas Likert é que a distância entre cada um dos pontos da escala ordinal não é necessariamente linear, sendo mandatório o uso de testes não paramétricos, como *multiple group factor analysis* (MGFA), para estimar índices com intenção de capturar conceitos latentes (Davidov et al., 2010). Cientes desse debate, ao computar os dois índices utilizados neste estudo, optamos pela estratégia metodológica mais comum à área, o que facilitará a comparação entre resultados de diferentes estudos.

Os resultados estão apresentados na Figura 1 e apontam que, em todos os países, as mulheres são mais propensas a visões mais igualitárias que os homens, destacando-se as mulheres da Dinamarca, Islândia, Suécia, Finlândia, Noruega, Alemanha, Canadá, Brasil, França, Irlanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Entre os homens, Dinamarca, Islândia, Suécia continuam liderando, mas o Brasil ultrapassa Finlândia, Alemanha, Noruega e França. Na comparação com relação às diferenças entre homens e mulheres, encontramos no polo com menores diferenças Bulgária, Letônia e Índia, e, no polo das maiores diferenças entre homens e mulheres, Suécia e Canadá. Sendo assim, a pequena diferença entre homens e mulheres tende a estar associada aos contextos mais tradicionais; portanto as mulheres são tão tradicionais quanto os homens, e as maiores diferenças tendem a estar associadas aos contextos mais igualitários, nos quais há uma desnaturalização dos papéis tradicionais de gênero de forma mais enfática entre as mulheres.

Figura 1

Média do Índice de Atitude de Gênero segundo gênero por países

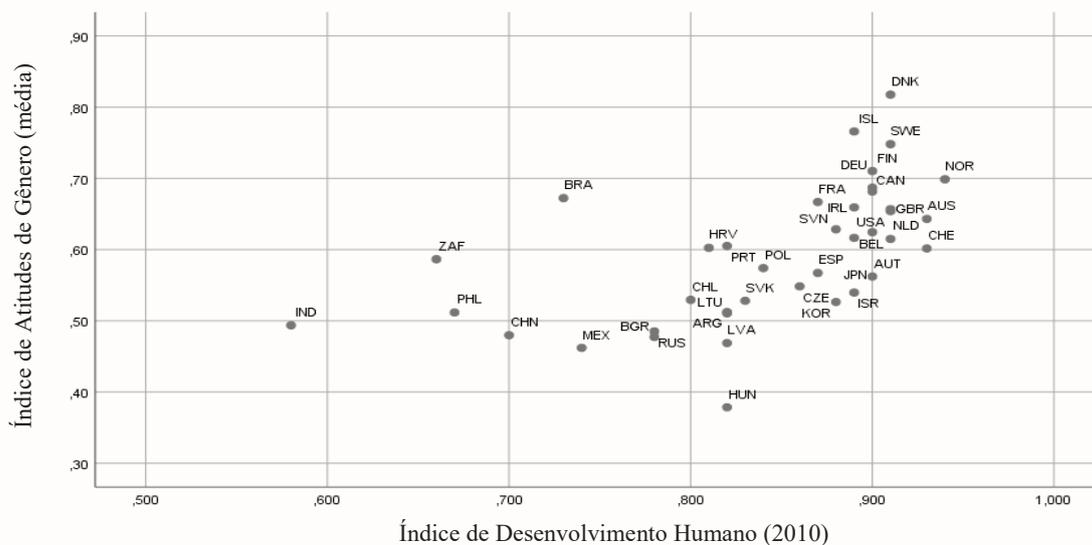


Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no survey Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

A relação entre as atitudes de gênero e o IDH, referente a mulheres e homens, está representada nas figuras 2 e 3, respectivamente. Os dados indicam que, quanto maior for o IDH, maior será a propensão a atitudes mais igualitárias. A correlação é significativa e mais forte para as mulheres ($\rho = 0,57$) do que para os homens ($\rho = 0,45$).

Figura 2

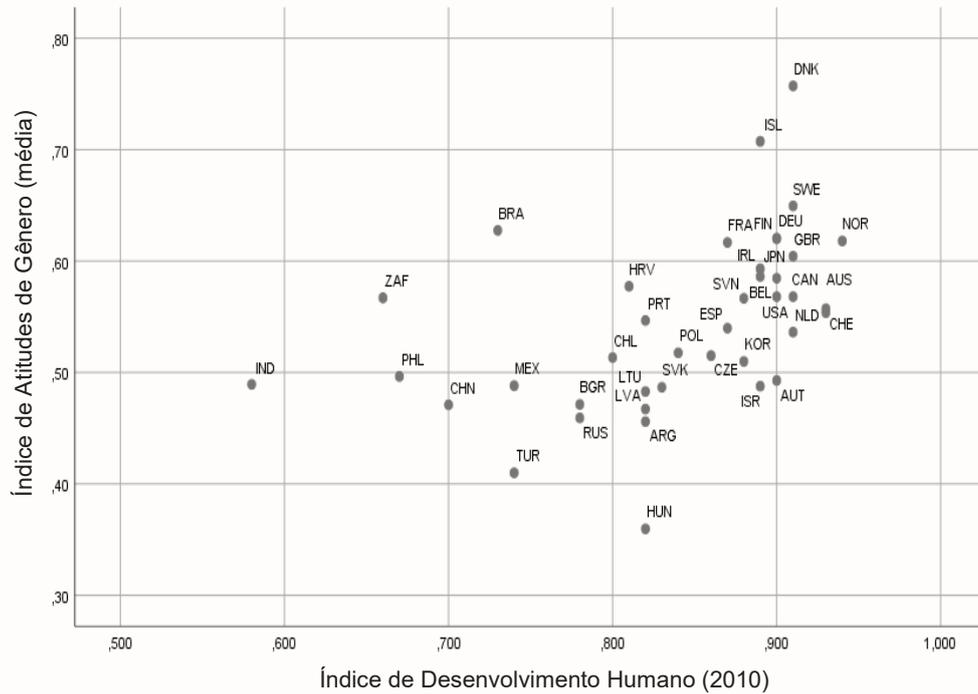
Média do Índice de Atitude de Gênero e do Índice de Desenvolvimento Humano, mulheres



Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no survey Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

Figura 3

Média do Índice de Atitude de Gênero e do Índice de Desenvolvimento Humano, homens

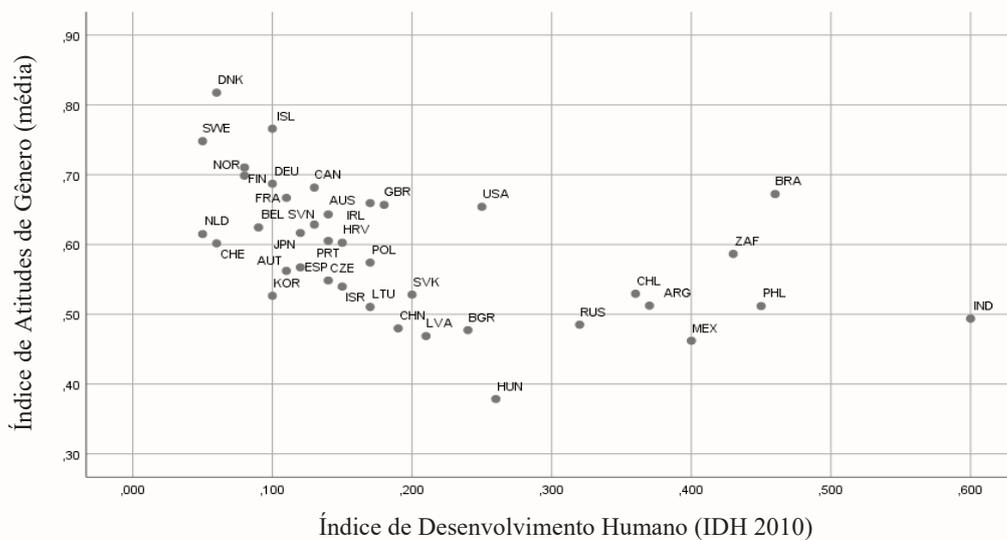


Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no survey Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

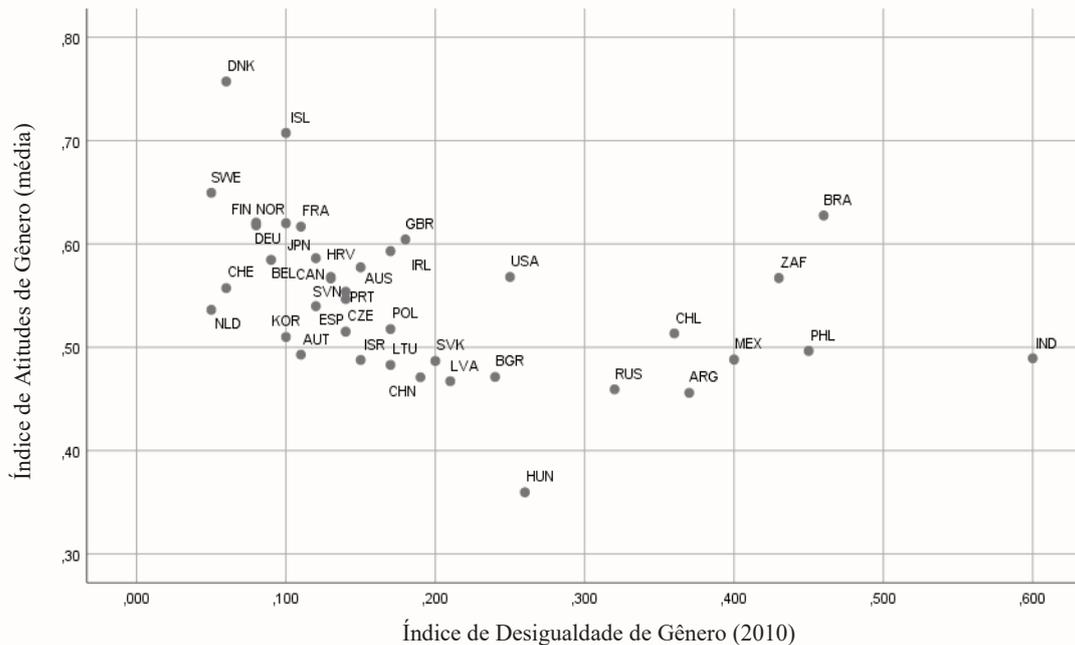
A relação entre o IAG e o GII, representada nas figuras 4 e 5, mostra também um resultado já esperado: quanto mais igualitário é o país no que se refere aos indicadores gerais de gênero, mais igualitário ele é quanto às atitudes de gênero. A correlação é maior para as mulheres ($\rho = 0,53$) e menor para os homens ($\rho = 0,45$).

Figura 4

Média do Índice de Atitude de Gênero e do Índice de Desigualdade de Gênero, mulheres



Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no survey Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

Figura 5*Média do Índice de Atitude de Gênero e do Índice de Desigualdade de Gênero, homens*

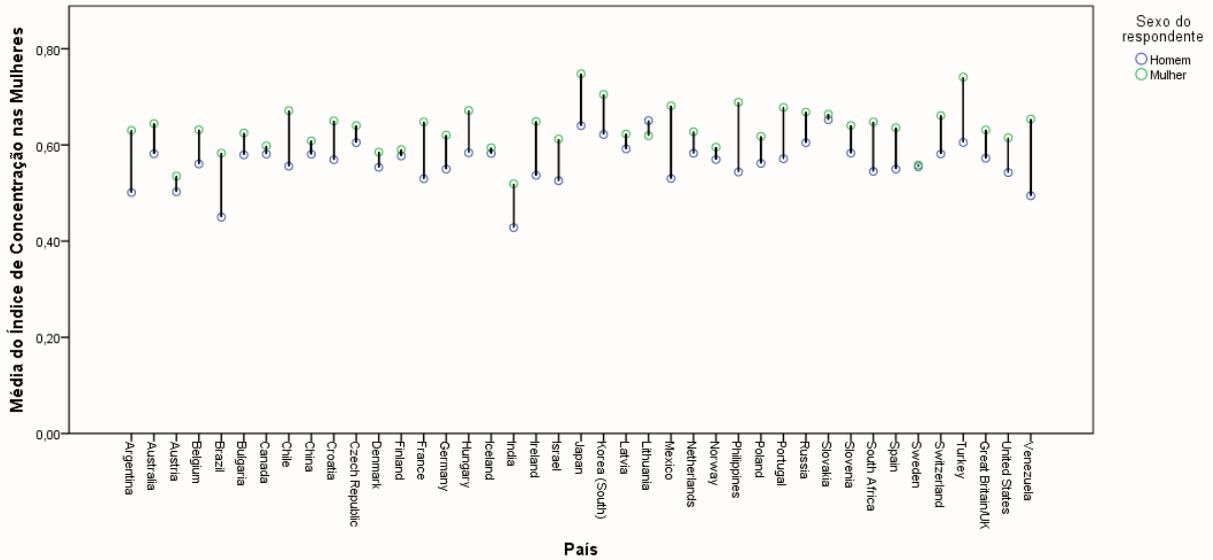
Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no *survey* Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

Índice de Concentração do Trabalho Doméstico nas Mulheres (ICM)

A divisão do trabalho doméstico foi mensurada entre os indivíduos que declararam viver conjuntamente com alguém, através de perguntas sobre quem faz as seguintes atividades: lavar a roupa, pequenos reparos, cuidar de familiares doentes, ir às compras, limpar a casa e preparar as refeições.

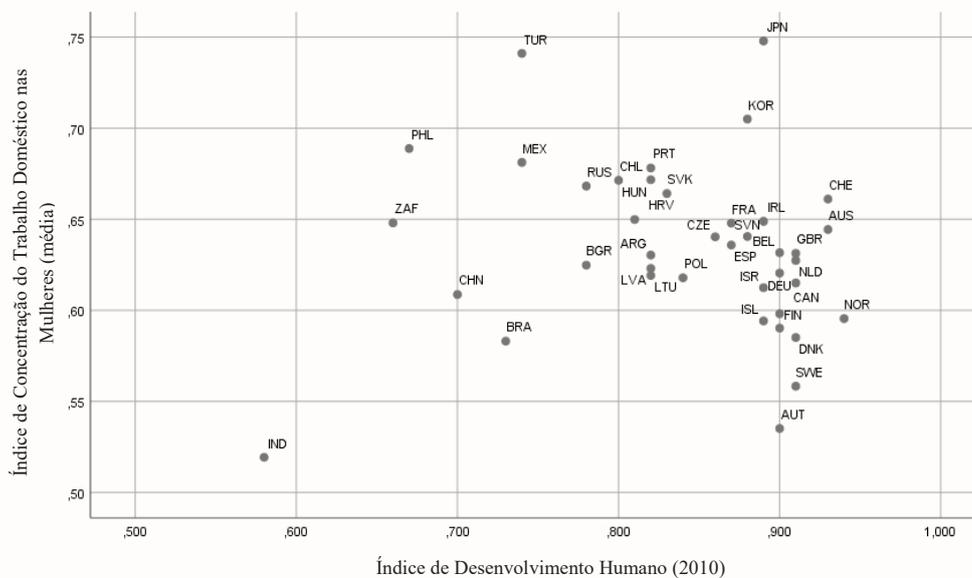
A partir das respostas dadas às perguntas, construímos o ICM da seguinte forma: quando a mulher declarava “sempre/geralmente eu”, e o homem declarava “sempre/geralmente meu cônjuge”, pontuamos com o valor 1; e as demais respostas, com valor 0 (quando a mulher declarava “sempre/geralmente meu cônjuge”, o homem declarava “sempre/geralmente eu”, homens e mulheres declaravam “ambos” ou “outras pessoas”). Sendo assim, quanto mais próximo de 1, mais concentrado nas mulheres o trabalho doméstico está.

As mulheres tendem a identificar mais a concentração do trabalho nelas mesmas do que os homens (ver Figura 6). O Japão é o país com maior concentração nas mulheres, identificado pelas próprias mulheres e pelos homens. Os países com maior distância entre o que dizem as mulheres e os homens, isto é, países em que homens declararam em média menor concentração do trabalho nas mulheres do que a média das próprias mulheres, são México, Brasil, Argentina, Venezuela e Turquia, com a França muito próxima deles.

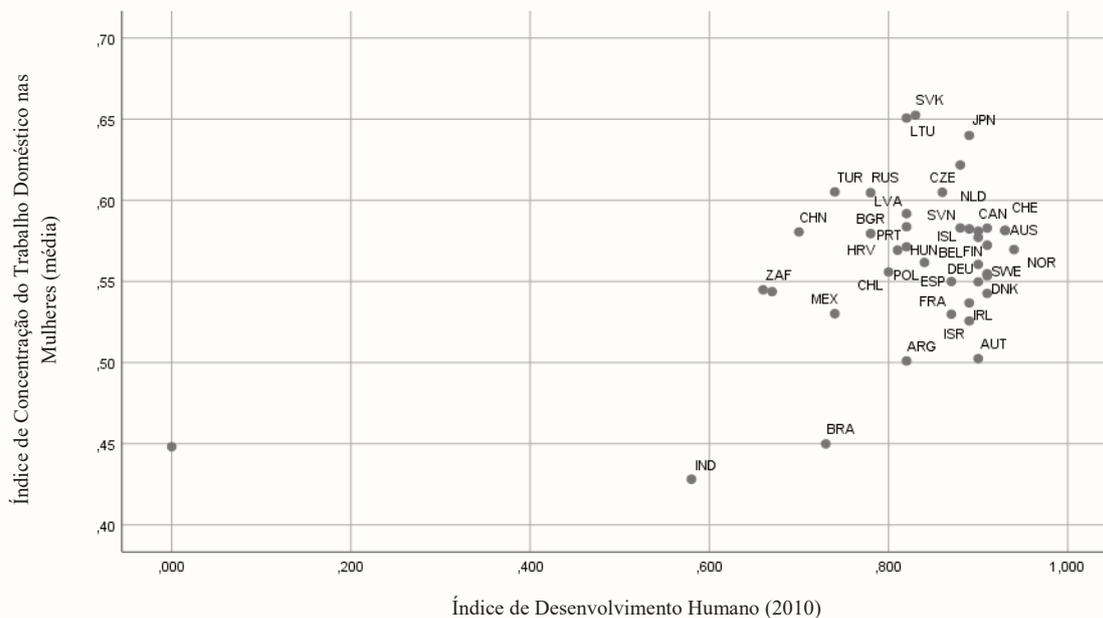
Figura 6*Média do Índice de Concentração do Trabalho Doméstico nas Mulheres por gênero*

Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no *survey* Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

A análise da relação entre ICM e IDH, apresentada nas figuras 7 e 8, indica que não há correlação linear para as mulheres, pois o coeficiente não foi significativo; para homens o coeficiente foi significativo, porém muito baixo. O desenvolvimento humano e a concentração do trabalho doméstico nas mulheres não estão, portanto, relacionados da mesma forma que as atitudes estão.

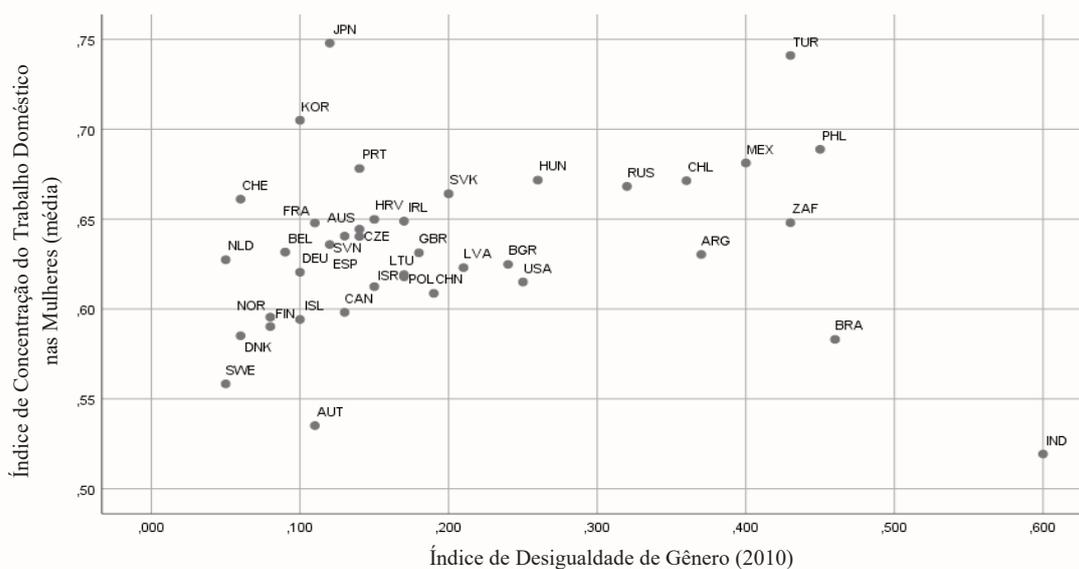
Figura 7*Índice de Concentração do Trabalho Doméstico nas Mulheres e Índice de Desenvolvimento Humano, mulheres*

Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no *survey* Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

Figura 8**Índice de Concentração do Trabalho Doméstico nas Mulheres e Índice de Desenvolvimento Humano, homens**

Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no survey Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

A correlação entre ICM e GII, representada nas figuras 9 e 10, também não é significativa para as mulheres, mas é para os homens. Isto é, as mulheres tendem a reportar mais concentração de trabalho doméstico, independentemente das desigualdades socioeconômicas e de gênero mostradas nos índices; já a percepção dos homens em relação à concentração nas mulheres varia segundo os contextos.

Figura 9**Índice de Concentração do Trabalho Doméstico nas Mulheres e Índice de Desigualdade de Gênero, mulheres**

Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no survey Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

Figura 10

Índice de Concentração do Trabalho Doméstico nas Mulheres e Índice de Desigualdade de Gênero, homens



Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no survey Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

Método e resultados

Lachance-Grzela e Bouchard (2010) desafiaram o campo de estudos sobre divisão do trabalho doméstico ao sintetizar os resultados de pesquisas que tratam dos efeitos dos fatores micro (variáveis individuais) e macro (variáveis do contexto nacional), demonstrando que os resultados não são consensuais. Enquanto muitas análises atestam o efeito positivo de contextos nacionais mais igualitários de gênero na maior divisão do trabalho doméstico, outras análises mostram que contextos com mais políticas de apoio à família (com escolas, creches, licenças parentais) não levam necessariamente ao maior envolvimento dos homens nos cuidados e trabalho doméstico, pois as mulheres seguem como as mais responsáveis. Sendo assim, os contextos importam de diferentes formas na explicação sobre as variações na divisão do trabalho doméstico, podendo tanto produzir maior igualdade como favorecer a manutenção da desigualdade. Dessa forma, não é sempre que a alta escolaridade das mulheres reduz a concentração do trabalho doméstico sobre elas, nem é sempre que contextos mais favoráveis para as mulheres resultam em tarefas domésticas e de cuidados mais igualmente divididas. Nos estudos sobre os efeitos das variáveis micro e macro a respeito da divisão do trabalho doméstico e de cuidados, quando a análise é exclusivamente no nível das pessoas respondentes (micro), o contexto dos diferentes países não é levado em consideração, e, quando a análise é no nível agregado (macro), os efeitos das variáveis individuais são pouco ou não explorados.

Para dar conta do desafio proposto, como visto anteriormente, parte significativa da literatura vem apostando na análise de modelos de regressão em multinível. Esse tipo de modelo permite estimar tanto as respostas gerais em todos os países como características particulares de cada um (Hox & Maas, 2002; Duncan et al., 1998), permitindo-nos modelar contextualidade (relações micro e macro) e estruturas complexas.

Além disso, o modelo tem três vantagens importantes para serem destacadas. A primeira é que ele evita a subestimação dos problemas causados pela variação contextual, pois a variância residual é dividida em variância intergrupo (pessoas) e variância intragrupo (países). Existe um modelo no nível individual, que representa a equação dentro do país, e um modelo macro, em que os parâmetros do modelo de cada país são as respostas no modelo global entre os países. Essa especificação simultânea permite separar o indivíduo do contexto (Hox & Maas, 2002; Duncan et al., 1998). Aplicado à análise dos valores e das práticas de gênero, o modelo permite identificar se a variação interna do país, medida pelas variáveis individuais, continua a ser significativa quando variáveis contextuais são incluídas no modelo geral. Por exemplo, se a variação no nível do país estiver relacionada às desigualdades socioeconômicas ou à desigualdade de gênero, ela desaparecerá (ou diminuirá significativamente) quando o IDH e o GII forem introduzidos no modelo. A segunda vantagem é a ausência do pressuposto da independência entre os casos, requisito necessário para outros modelos estatísticos utilizados nas análises sobre o tema. Espera-se, por exemplo, que as associações entre países de uma mesma região (como Brasil e Argentina, ambos na América Latina) sejam maiores que as associações entre países localizados em diferentes regiões, como Brasil e Suécia. E a terceira é que a análise multinível não exige que os dados sejam balanceados entre os grupos (Hox & Maas, 2002), sendo possível, portanto, ter números diferentes de respondentes em cada país.

As análises apresentadas abaixo utilizam modelos multinível, por meio dos quais é possível estimar, separadamente, o impacto das características individuais e do contexto, questões estruturais nos valores e práticas de gênero. Isso é feito com dois níveis: pessoas e países, isto é, pessoas respondentes agrupadas em países, para investigar os fatores que influenciam atitudes e práticas de gênero. O modelo de regressão multinível é uma extensão do modelo clássico de regressão multivariada (Hox & Maas, 2002). Seguindo a notação apresentada por Raudenbush e Bryk (2002), o modelo com dois níveis pode ser formulado assim:

Nível 1 (individual: pessoas respondentes)

$$Y_{ij} = \pi_{0ij} + \sum_{p=1}^p \pi_{pj} a_{pij} + e_{ij} \quad (1)$$

Onde:

- Y_{ij} : é o valor do indicador (IAG ou ICM) da pessoa i , que vive no país j .
- π_{0ij} : é o intercepto para o nível das pessoas i .
- a_{pij} : são as $p = 1, \dots, p$ características (gênero, idade, escolaridade, etc.) das pessoas.
- π_{pj} : são os coeficientes das variáveis do nível das pessoas respondentes a_1, \dots, a_p , que estimam a força e a direção da associação entre as características das pessoas nas respostas aos índices, no país j .
- e_{ij} : é o erro aleatório do nível das pessoas respondentes.

Cada um dos coeficientes da regressão no nível das pessoas (individual) pode ser visto como fixo ou aleatório. A equação no nível do país (grupo) estima essa relação:

Nível 2 (grupo: países)

$$\pi_{pj} = \beta_{p0j} + \sum_{q=1}^q \beta_{pq} X_{qj} + r_{pj} \quad (2)$$

Onde:

- β_{p0j} : é o intercepto no nível do país.
- X_{qj} : são as características do país associadas ao efeito do país (π_{pj}), sendo que cada π_p pode ter um conjunto próprio de variáveis explicativas do nível país X_{qj} , como IDH e GII.
- β_{pq} : são os coeficientes das variáveis do nível país.
- r_{pj} : é o erro aleatório do nível país.

A estimação dos parâmetros na regressão multinível é feita com base na técnica de estimativa por máxima verossimilhança. Nela, os parâmetros do modelo são estimados de forma a maximizar a função de verossimilhança, que descreve a probabilidade de se observar essa amostra, dados os valores dos parâmetros estimados. Em outras palavras, a função de máxima verossimilhança estima os parâmetros que maximizam a plausibilidade de encontrar uma amostra com as mesmas características da população que está sendo analisada (Hox & Maas, 2002).

Durante uma análise multinível precisamos escolher uma dentre várias possibilidades de modelos. Pode-se, por exemplo, selecionar um modelo com intercepto e coeficientes aleatórios (mais complexo) ou um modelo apenas com interceptos aleatórios (mais simples). Ainda, precisa-se decidir sobre a inclusão ou não de variáveis explicativas em cada um dos níveis, além de como essas variáveis explicativas interagem entre si. A fim de comparar diferentes modelos e selecionar o que se ajusta melhor aos dados, usaremos o desvio, que é calculado pela seguinte fórmula:

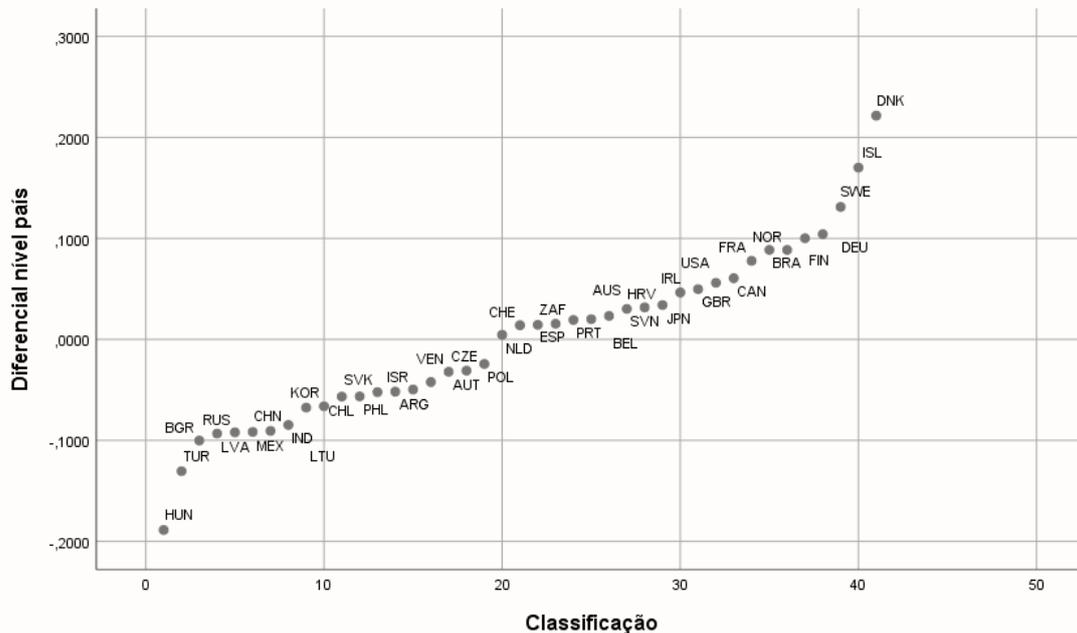
$$\text{desvio} = -2 \times \text{LN}(\text{Likelihood}) \quad (3)$$

Onde *Likelihood* é o valor da função de verossimilhança.

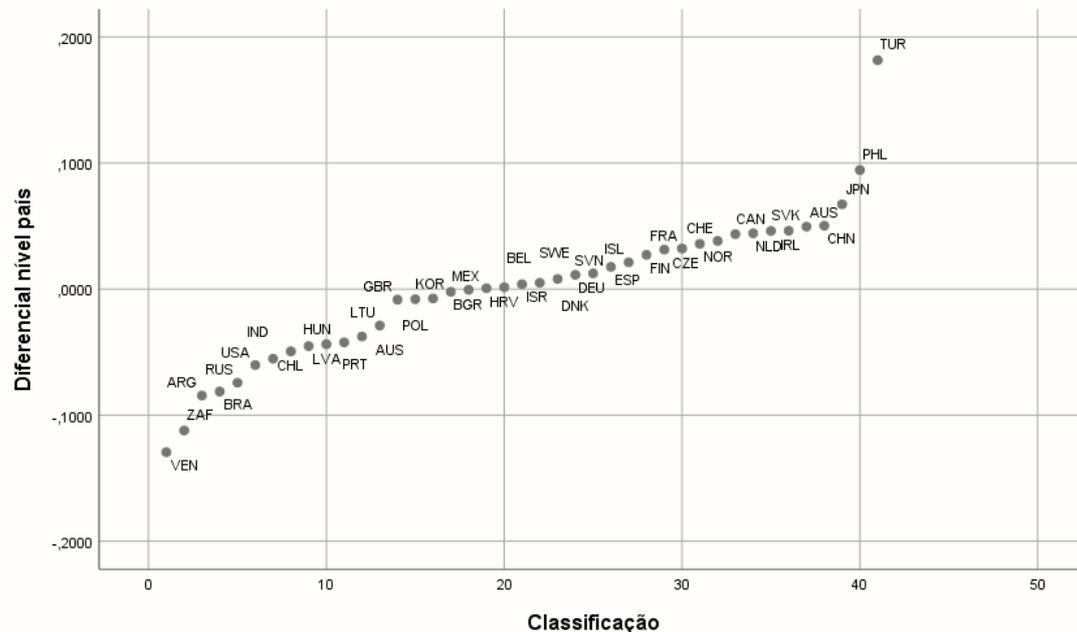
Em geral, modelos com menor desvio ajustam-se melhor aos dados (Hox & Maas, 2002).

O primeiro passo na análise multinível foi verificar a proporção da variância dos indicadores (IAG e ICM) explicada pelo nível país. Considera-se que a análise multinível é preferível a uma análise por regressão multivariada quando uma proporção substancial da variância dos indicadores é explicada pelo nível país. Caso contrário, o modelo de regressão multivariada seria mais adequado para investigar os fatores associados aos mesmos. Para estimar a proporção da variância associada a cada nível, utiliza-se o chamado modelo nulo ou modelo incondicional (Hox & Maas, 2002; Raudenbush & Bryk, 2002). Esse é o modelo multinível mais simples, que inclui apenas os níveis hierárquicos e a variável dependente, sem a adição de nenhuma variável explicativa em nenhum dos níveis.

Verificando os modelos nulos para o IAG e para o ICM, encontramos que a variação no nível do país é pequena, de 0,007 e 0,002, respectivamente, mas estatisticamente significativa, com valor $p < 0,001$. A análise dos resíduos do modelo nulo, em relação à média de todos os países, evidencia a variação no nível país. Esse resultado é apresentado nas figuras 11 e 12:

Figura 11*Índice de Atitude de Gênero: variação no nível país em relação ao seu grau de conservadorismo*

Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no survey Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

Figura 12*Índice de Concentração do Trabalho Doméstico nas Mulheres: variação no nível país em relação ao seu grau de conservadorismo*

Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no survey Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

O eixo y, nas duas figuras acima, representa o diferencial de cada país; o ponto zero (0,000) representa a resposta média entre os países para cada um dos índices, e o eixo x sinaliza a classificação dos países. A Figura 11 parte do país com respostas mais tradicionais para aquele com respostas menos tradicionais em relação a atitudes de gênero. Ela mostra que a Hungria (HUN)

se destaca como o país com valores e atitudes de gênero mais tradicionais, seguida pela Turquia (TUR), Bulgária (BGR), Rússia (RUS), Letônia (LVA), México (MEX) e China (CHN). No outro extremo, os países escandinavos Dinamarca (DK), Islândia (ISL) e Suécia (SWE) lideram o grupo dos países menos conservadores, seguidos pela Alemanha (DEU), Noruega (NOR), Finlândia (FIN), Brasil (BRA) e França (FRA). Na média do IAG, estão a Holanda (NL), Espanha (ESP), Suíça (CHE), África do Sul (ZAF), Portugal (PRT) e Bélgica (BEL).

A Figura 12 parte do país com maior concentração do trabalho doméstico nas mulheres em direção ao país com menor concentração. Os países não se distanciam muito da linha média (,0000), indicando que são mais homogêneos em relação à concentração do trabalho doméstico nas mulheres. Holanda (NED), Brasil (BRA), Áustria (AUT), China (CHN), Venezuela (VEN), Noruega (NOR), Argentina (ARG) e Suécia (SWE) se destacam como países com menor concentração de trabalho doméstico nas mulheres. Por outro lado, a maior concentração é apresentada na Turquia (TUR) e no Japão (JPN). Mesmo pequena (0,002), a variação no nível do país é estatisticamente significativa, por isso decidimos seguir com a análise multinível com o objetivo de controlar a variação pelo efeito dos países. No entanto os resultados devem ser analisados com muita cautela.

As variáveis individuais utilizadas para o cálculo dos modelos foram gênero, idade, escolaridade, número de filhos menores de 17 anos, horas trabalhadas no trabalho remunerado, conjugalidade (vive em união ou não), religião, religiosidade (frequência religiosa) e, para o modelo do Índice de Concentração do Trabalho Doméstico nas Mulheres, inserimos o Índice de Atitude de Gênero. As variáveis de contexto inseridas no modelo foram o IDH e o GII. As variáveis individuais foram incluídas utilizando-se o método passo a passo (*stepwise*), adicionando uma variável por vez e comparando o modelo com os anteriores a cada passo. O desvio foi utilizado no processo de seleção, sendo que modelos com menor desvio se ajustam melhor aos dados.

Tabela 1
Modelos para análise multinível

Variáveis: parte fixa	IAG						ICM	
	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4	
	B	SE	B	SE	β	SE	β	SE
Intercepto	0,475	***	0,471	***	0,471	***	0,520	***
Gênero: masculino (referência)								
Gênero: feminino	0,056	***	0,056	***	0,056	***	0,060	***
Gênero: NS/NR*	0,050	***	0,050	***	0,050	***	-0,548	***
Educação: sem educação formal (ref.)								
Educação: ensino fundamental completo	0,002		0,002		0,002		0,042	***
Educação: ensino médio incompleto	0,041	***	0,041	***	0,041	***	0,043	***
Educação: ensino médio completo	0,076	***	0,076	***	0,076	***	0,040	***
Educação: ensino superior**	0,114	***	0,114	***	0,114	***	0,009	
Educação: NS/NR	0,012		0,012		0,012		-0,013	
Estado nupcial: em união formal ou informal (ref.)								
Não vive em união	0,022	***	0,022	***	0,022	***		

(Continua)

(Continuação)

Variáveis: parte fixa	IAG						ICM	
	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4	
	B	SE	B	SE	β	SE	β	SE
Horas trabalhadas (trabalho remunerado)	0,001	***	0,001	***	0,001	***	0,000	***
Número de filhos menores de 17 anos							0,008	***
Religião: católica (ref.)								
Religião: protestantes e outras cristãs	-0,002		-0,002		-0,002		-0,007	
Religião: outras religiões	-0,011	***	-0,011	***	-0,011	***	-0,018	***
Religião: sem religião	0,030	***	0,030	***	0,030	***	-0,010	***
Frequência religiosa: nunca (ref.)								
Frequência religiosa: uma ou várias por semana	-0,065	***	-0,065	***	-0,065	***	0,016	***
Frequência religiosa: uma ou várias por mês	-0,037	***	-0,037	***	-0,037	***	0,027	***
Frequência religiosa: uma ou várias por ano	-0,011	***	-0,011	***	-0,011	***	0,014	***
Frequência religiosa: menos que uma vez por ano	-0,008	***	-0,008	***	-0,008	***	0,008	
Frequência religiosa: NS/NR	-0,035	***	-0,035	***	-0,035	***	-0,006	
Índice de Atitude de Gênero (individual)							-0,043	***
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): país			0,000	***	0,000	***	0,125	
Índice de Desigualdade de Gênero (GII): país					0,000	***	-0,037	
Parte aleatória: país								
Varição país (U)	0,006	***	0,005	***	0,005	***	0,002	***
Desvio	-30.192.924		-30.197.372		-30.198.406		-13.875.347	

Fonte: Elaboração das autoras com base em Family and Changing Gender Roles – ISSP (Jorat et al., 2016) e no survey Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018).

* NS/NR: Não sabe/Não respondeu.

** Ensino superior completo e incompleto.

*** $p < .001$

Para a análise do IAG, as variáveis idade e número de filhos abaixo de 17 anos não foram estatisticamente significantes, nem contribuíram para um melhor ajuste do modelo. Os modelos 1, 2 e 3, da Tabela 1, acima, apresentaram os melhores ajustes. O modelo 1 verifica as correlações entre as variáveis gênero, escolaridade, conjugalidade, horas trabalhadas no trabalho remunerado, religião e religiosidade (frequência religiosa). Os modelos 2 e 3 incluem o IDH e GII. No modelo 1, considerando as pessoas respondentes em todos os países, no que se refere às atitudes de gênero, ser mulher, não estar vivendo com um cônjuge, ter maior nível de escolaridade e maior número de horas dedicadas ao trabalho remunerado estão associadas à adesão a atitudes de gênero mais igualitárias. Por outro lado, pessoas que professam religiões e maior frequência a templos e igrejas apresentam maior adesão a atitudes de gênero mais tradicionais. Entre os religiosos, os católicos são os menos tradicionalistas. Pessoas que se declaram sem religião, por sua vez, apresentam atitudes e valores de gênero mais igualitários. Esses resultados são compatíveis com a literatura.

Nossa contribuição à literatura é incluir as variáveis no nível dos países, o IDH e o GII, apresentados nos modelos 2 e 3. Embora contribuam para melhorar o ajuste do modelo e sejam significantes, esses indicadores não explicam a heterogeneidade entre os países, pois o coeficiente é muito baixo. O contexto produz variações nas atitudes de gênero, mas são as características individuais que impactam mais, sendo ter nível superior aquela com maior efeito.

Esse resultado difere do que Edlund e Öun (2023) concluíram. Os autores, no entanto, utilizaram exclusivamente as questões sobre o envolvimento ideal da mãe e do pai no trabalho remunerado, quando se tem filhos de até 4 anos, e o produto interno bruto (PIB) *per capita* como variável de contexto. As análises indicaram que o PIB influencia na opinião sobre esse ideal, porque o desenvolvimento do país é um fator importante na medida em que as instituições e as normas que ele transmite têm um impacto na consciência pública sobre comportamento e responsabilidades desejáveis de homens e mulheres no trabalho e na família. A diferença entre os achados permite concluir que, ao anexar mais elementos para definir os valores de gênero e medir o desenvolvimento não apenas pela renda bruta de um país, o efeito do contexto se dilui, e são as variáveis individuais que passam a explicar as diferenças encontradas.

Para a análise do ICM, a conjugalidade não foi utilizada, porque as questões sobre realização do trabalho doméstico só foram aplicadas para quem estava vivendo conjugalmente; e, tal como para o IAG, a variável idade não foi estatisticamente significativa. Também não foram significativas as variáveis de contexto: IDH e GII. O modelo 4 (Tabela 1), apresentou o melhor ajuste, e nele estão apresentadas as correlações entre as variáveis no nível individual, gênero, escolaridade, número de filhos menores de 17 anos, horas trabalhadas no trabalho remunerado, religião, religiosidade e o Índice de Atitude de Gênero. Mulheres, pessoas com filhos menores de 17 anos vivendo no domicílio, pessoas com até ensino médio completo e maior número de horas dedicadas ao trabalho remunerado reportam maior concentração de trabalho doméstico nas mulheres. Já atitudes mais igualitárias de gênero reduzem a concentração do trabalho doméstico nas mulheres, e essa é a variável com maior impacto.

A maior parte dos estudos enfatiza a média de horas dedicadas por homens e mulheres ao trabalho doméstico, e não a distribuição das tarefas domésticas, ou seja, trata de tempo médio e não de perguntas sobre quem faz o quê. Ainda assim, os achados são convergentes com a literatura. Mandel e Lazarus (2021), utilizando a participação das mulheres no mercado de trabalho como variável de contexto e o *gap* de horas dedicadas ao trabalho doméstico entre homens e mulheres como variável dependente, afirmam que os valores de gênero foram mais determinantes para a divisão do trabalho doméstico do que fatores estruturais. Hofäcker e Braun (2022) também mostraram que as variáveis do nível macro pouco afetam a desigualdade nas horas dedicadas ao trabalho doméstico, porque as mulheres despendem mais horas que homens, invariavelmente. Os autores também chamam a atenção para o efeito positivo do número de horas dedicadas ao trabalho remunerado e ao trabalho doméstico, uma vez que não se trata de uma questão não de disponibilidade de tempo, mas sim dos valores de gênero que colocam as mulheres, independentemente do tempo livre que tenham, sempre como responsáveis pelo trabalho doméstico.

Considerações finais

O artigo analisou as tendências, semelhanças e especificidades dos valores e atitudes acerca dos papéis sociais de gênero e práticas relacionadas à divisão sexual do trabalho doméstico no Brasil e em 40 países de diferentes continentes, a partir dos dados da 4ª rodada do International Social Survey Programme (Jorat et al., 2016) e do *survey* Gênero, Família e Trabalho (Araújo, Gama et al., 2018). Utilizando a análise multinível buscamos identificar fatores individuais e de contexto que influenciam valores e práticas de gênero.

Em relação às atitudes de gênero, os resultados indicam que gênero, escolaridade elevada, número de horas trabalhadas, religião e frequência religiosa influenciam valores no sentido de que as pessoas com elevada escolaridade, mulheres, pessoas sem cônjuge e que trabalham mais horas no emprego se apresentam mais igualitárias. No lado oposto, não ter nível superior e frequentar semanalmente eventos religiosos torna menor a adesão a valores igualitários. A análise multinível permitiu concluir que uma parte significativa da heterogeneidade dos países em relação aos valores é explicada pelas características das pessoas respondentes, pois, apesar de o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Desigualdade de Gênero dos países contribuírem para o ajuste do modelo, não explicam a heterogeneidade.

Quando analisamos a divisão sexual do trabalho doméstico, medida pela realização da tarefa pelos membros do casal e não pelo tempo gasto, além das variáveis sociodemográficas, inserimos o Índice de Atitude de Gênero. Identificamos que a variação entre os países, ainda que estatisticamente significativa, é muito baixa, praticamente desprezível e resulta na não significância das variáveis de contexto (IDH e GII) no modelo, o que destaca ainda mais o peso das variáveis individuais, em especial as atitudes de gênero. As mulheres, as pessoas menos escolarizadas, que vivem com filhos menores de 17 anos e que trabalham mais horas nas suas ocupações informam maior concentração de trabalho nas mulheres. Nesse sentido, observamos que os valores de gênero resultam na concentração do trabalho doméstico sobre as mulheres, independentemente do quanto elas se dediquem ao trabalho remunerado.

O resultado da análise multinível indica que, embora os valores de gênero encontrem nos países com maior desenvolvimento social e maior igualdade um solo fértil para a criação de modelos culturais mais diversificados, quando envolvemos os casais e a distribuição das tarefas domésticas, a concentração está nas mulheres, a despeito do contexto no qual os casais estejam inseridos. Nesse sentido, a durabilidade e a ampliação da igualdade de gênero precisam ser enfrentadas pela mudança de valores de gênero e aposta na escolarização nos diferentes contextos nacionais. Isso significa ampliar o debate público sobre o espaço privado das famílias, de modo a responsabilizar todos sobre as tarefas reprodutivas no âmbito da casa.

Referências

- Altintas, E., & Sullivan, O. (2016). Fifty years of change updated: Cross-national gender convergence in housework. *Demographic Research*, 35, 455-470.
- Altintas, E., & Sullivan, O. (2017). Trends in fathers' contribution to housework and childcare under different welfare policy regimes. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 24(1), 81-108.
- Araújo, C., Gama, A., Picanço, F., & Cano, I. (Orgs.). (2018). *Gênero, família, e trabalho no Brasil do século XXI* [Base de dados]. Gramma.
- Araújo, C., Picanço, F., Cano, I., Veiga, A., & Gama, A. (2018). Evolução das percepções de gênero, trabalho e família no Brasil: 2003-2016. In C. Araújo, A. Gama, F. Picanço, & I. Cano (Orgs.), *Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI* (pp. 1-82) [Base de dados]. Gramma.
- Araújo, C., & Veiga, A. D. E. C. (2017). Um difícil equilíbrio: Vida familiar e trabalho remunerado de mulheres e homens no estado do Rio de Janeiro. In C. Araújo, & A. Gama (Orgs.), *Entre a casa e o trabalho: Gênero e família no Rio de Janeiro* (pp. 41-83). ABE Gráfica e Editora.
- Artis, J. E., & Pavalko, E. K. (2003). Explaining the decline in women's household labor: Individual change and cohort differences. *Journal of Marriage and Family*, 65(3), 746-761.

- Barone, C., & Assirelli, G. (2020). Gender segregation in higher education: An empirical test of seven explanations. *Higher Education*, 79, 55-78.
- Bianchi, S. M., Sayer, L. C., Milkie, M. A., & Robinson, J. P. (2012). Housework: Who did, does or will do it, and how much does it matter? *Social Forces*, 91(1), 55-63.
- Boehnke, M. (2011). Gender role attitudes around the globe: Egalitarian vs. Traditional views. *Asian Journal of Social Science*, 39(1), 57-74. <https://www.jstor.org/stable/43500538>
- Bolzendahl, C. I., & Myers, D. J. (2004). Feminist attitudes and support for gender equality: Opinion change in women and men, 1974-1998. *Social Forces*, 83(2), 759-789.
- Charles, M., & Bradley, K. (2009). Indulging our gendered selves? Sex segregation by field of study in 44 countries. *American Journal of Sociology*, 114(4), 924-976.
- Chatillon, A., Charles, M., & Bradley, K. (2018). Gender ideologies. In B. J. Risman, C. M. Froyum, & W. J. Scarborough (Eds.), *Handbook of the sociology of gender* (pp. 217-226). Springer.
- Coltrane, S. (2000). Research on household labor: Modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. *Journal of Marriage and Family*, 62(4), 1208-1233. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.01208.x>
- Constantin, A., & Voicu, M. (2015). Attitudes towards gender roles in cross-cultural surveys: Content validity and cross-cultural measurement invariance. *Social Indicators Research*, 123(3), 733-751.
- Crompton, R., Brockmann, M., & Lyonette, C. (2005). Attitudes, women's employment and the domestic division of labour: A cross-national analysis in two waves. *Work, Employment and Society*, 19(2), 213-233.
- Crompton, R., & Lyonette, C. (2005). The new gender essentialism – Domestic and family 'choices' and their relation to attitudes 1. *The British Journal of Sociology*, 56(4), 601-620.
- Davidov, E., Datler, G., Schmidt, P., & Schwartz, S. H. (2010). Testing the invariance of values in the Benelux countries with the European Social Survey: Accounting for ordinality. In E. Davidov, P. Schmidt, & J. Billiet, *Cross-Cultural analysis: Methods and applications* (pp. 149-168). Routledge.
- Davis, S. N., & Greenstein, T. N. (2004). Cross-national variations in the division of household labor. *Journal of Marriage and Family*, 66(5), 1260-1271.
- Davis, S. N., & Greenstein, T. N. (2009). Gender ideology: Components, predictors, and consequences. *Annual Review of Sociology*, 35, 87-105.
- Droogenbroeck, F. van, & Spruyt, B. (2021). Social pressure for religious conformity and anti-gay sentiment among Muslim and Christian youth. In X. Kuang, J. Zhu, & K. J. Kennedy (Eds.), *Civic learning for alienated, disaffected and disadvantaged students* (pp. 87-108). Routledge.
- Duncan, C., Jones, K., & Moon, G. (1998). Context, composition and heterogeneity: Using multilevel models in health research. *Social Science & Medicine*, 46(1), 97-117.
- Edlund, J., & Öun, I. (2023). Equal sharing or not at all caring? Ideals about fathers' family involvement and the prevalence of the second half of the gender revolution in 27 societies. *Journal of Family Studies*, 29(6), 2576-2599. <https://doi.org/10.1080/13229400.2023.2179531>
- Fan, P. L., & Marini, M. M. (2000). Influences on gender-role attitudes during the transition to adulthood. *Social Science Research*, 29(2), 258-283.
- Fortin, N. M. (2005). Gender role attitudes and the labour-market outcomes of women across OECD countries. *Oxford Review of Economic Policy*, 21(3), 416-438.
- Fuwa, M. (2004). Macro-level gender inequality and the division of household labor in 22 countries. *American Sociological Review*, 69(6), 751-767.

- Goossen, M. (2020). The gender gap in welfare state attitudes in Europe: The role of unpaid labour and family policy. *Journal of European Social Policy*, 30(4), 452-466.
- Greenstein, T. N. (2000). Economic dependence, gender, and the division of labor in the home: A replication and extension. *Journal of Marriage and Family*, 62(2), 322-335.
- Gubernskaya, Z. (2010). Changing attitudes toward marriage and children in six countries. *Sociological Perspectives*, 53(2), 179-200. <https://doi.org/10.1525/sop.2010.53.2.179>
- Haas, B. (2005). The work-care balance: Is it possible to identify typologies for cross-national comparisons? *Current Sociology*, 53(3), 487-508.
- Hagqvist, E. (2018). Toward gender equality in practice? Cross-national patterns of change in the gendered division of housework over two decades. *Journal of Comparative Family Studies*, 49(3), 355-377.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- Hofäcker, D., & Braun, S. (2022). The household division of labour in Europe: A multilevel perspective. In S. Bertolini, & B. Poggio, *Research handbook on work-life balance: Emerging issues and methodological challenges* (Chapter 7). Edward Elgar Publishing.
- Hong, I., Kang, J. Y., & Lee, J. (2023). Better job prospects or an imperative to 'just work'? A cross-national study on social investment and women's employment. *International Journal of Social Welfare*, 32(3), 383-421.
- Hox, J. J., & Maas, C. J. (2002). Sample sizes for multilevel modeling. In *Social Science Methodology in the New Millennium: Proceedings of the Fifth International Conference on Logic and Methodology* (pp. 1-19). Leske & Budrich Verlag.
- Inglehart, R., & Norris, P. (2003). *Rising tide: Gender equality and cultural change around the world*. Cambridge University Press.
- Inglehart, R., & Welzel, C. (2005). *Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence* (Vol. 333). Cambridge University Press.
- Jorat, J. R., Evans, A., Höllinger, F. (2016). International Social Survey Programme: Family and Changing Gender Roles IV – ISSP 2012. *GESIS Data Archive*. <https://doi.org/10.4232/1.12661>
- Khamis, N., & Ayuso, L. (2022). Female breadwinner: More egalitarian couples? An international comparison. *Journal of Family and Economic Issues*, 43(3), 534-545.
- Knudsen, K., & Wærness, K. (2001). National context, individual characteristics and attitudes on mothers' employment: A comparative analysis of Great Britain, Sweden and Norway. *Acta Sociologica*, 44(1), 67-79.
- Knudsen, K., & Wærness, K. (2008). National context and spouses' Housework in 34 countries. *European Sociological Review*, 24(1), 97-113. <https://doi.org/10.1093/esr/jcm037>
- Kroska, A., & Elman, C. (2009). Change in attitudes about employed mothers: Exposure, interests, and gender ideology discrepancies. *Social Science Research*, 38(2), 366-382.
- Lachance-Grzela, M., & Bouchard, G. (2010). Why do women do the lion's share of housework? A decade of research. *Sex Roles*, 63(11), 767-780. <https://doi.org/10.1007/s11199-010-9797-z>
- Landwerlin, G. M., Balsas, P. R., & García, J. R. (2020). Permisos para el cuidado de niños destinados a los padres: Evolución y sus efectos en la corresponsabilidad familiar. In K. Batthyány (Coord.), *Miradas latinoamericanas a los cuidados* (pp. 159-186). Clacso.
- Lee, K. S. (2010). Gender, care work, and the complexity of family membership in Japan. *Gender & Society*, 24(5), 647-671.

- Levanon, A., & Grusky, D. B. (2016). The persistence of extreme gender segregation in the twenty-first century. *American Journal of Sociology*, 122(2), 573-619.
- Lomazzi, V., Israel, S., & Crespi, I. (2018). Gender equality in Europe and the effect of work-family balance policies on gender-role attitudes. *Social Sciences*, 8(1), Article 5.
- Lomazzi, V., & Seddig, D. (2020). Gender role attitudes in the International Social Survey Programme: Cross-national comparability and relationships to cultural values. *Cross-Cultural Research*, 54(4), 398-431. <https://doi.org/10.1177/1069397120915454>
- Mandel, H., & Lazarus, A. (2021). Contextual effects on the gendered division of housework: A cross-country and cross-time analysis. *Sex Roles*, 85(3-4), 205-220.
- Mandel, H., Lazarus, A., & Shaby, M. (2020). Economic exchange or gender identities? Housework division and wives' economic dependency in different contexts. *European Sociological Review*, 36(6), 831-851.
- Oláh, L. S., Vignoli, D., & Kotowska, I. E. (2021). Gender roles and families. In K. F. Zimmermann (Ed.), *Handbook of Labor, Human Resources and Population Economics* (pp. 1-28). Springer.
- Picanço, F., Araújo, C. M. O., & Covre-Sussai, M. (2021). Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: Outros olhares sobre as desigualdades. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 38, Artigo e0177. <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0177>
- Platt, L., & Polavieja, J. (2016). Saying and doing gender: Intergenerational transmission of attitudes towards the sexual division of labour. *European Sociological Review*, 32(6), 820-834.
- Quadlin, N. (2020). From major preferences to major choices: Gender and logics of major choice. *Sociology of Education*, 93(2), 91-109.
- Raudenbush, S. W., & Bryk, A. S. (2002). *Hierarchical linear models: Applications and data analysis methods* (Vol. 1). Sage.
- Sjöberg, O. (2004). The role of family policy institutions in explaining gender-role attitudes: A comparative multilevel analysis of thirteen industrialized countries. *Journal of European Social Policy*, 14(2), 107-123. <https://doi.org/10.1177/0958928704042003>
- Sorj, B. (2013). Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 478-491. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200006>
- Stickney, L. T., & Konrad, A. M. (2007). Gender-role attitudes and earnings: A multinational study of married women and men. *Sex Roles*, 57, 801-811.
- Therborn, G. (2004). *Between sex and power: Family in the world 1900-2000*. Routledge.
- Vespa, J. (2009). Gender ideology construction: A life course and intersectional approach. *Gender & Society*, 23(3), 363-387.
- Yucel, D., & Chung, H. (2021). Working from home, work-family conflict, and the role of gender and gender role attitudes. *Community Work & Family*, 26(2), 190-221. <https://doi.org/10.1080/13668803.2021.1993138>

Nota sobre autoria

Felícia Picanço: ideias; formulação ou evolução de metas e objetivos gerais de pesquisa. Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por membros do grupo de pesquisa original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão – incluindo estágios pré- ou pós-publicação. Maira Covre-Sussai: desenvolvimento ou *design* de metodologia; criação de modelos. Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais ou outras técnicas formais para análise ou síntese de dados do estudo.

Isadora Vianna Sento-Sé: desenvolvimento ou *design* de metodologia; criação de modelos. Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente escrevendo o rascunho inicial.

Clara Araújo: aquisição do suporte financeiro para o projeto que levou a esta publicação. Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por membros do grupo de pesquisa original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão – incluindo estágios pré- ou pós-publicação.

Disponibilidade de dados

Após a publicação, os dados estarão disponíveis sob demanda às autoras.

Como citar este artigo

Picanço, F., Covre-Sussai, M., Sento-Sé, I. V., & Araújo, C. (2024). Sempre elas? Valores e divisão do trabalho doméstico em perspectiva comparada. *Cadernos de Pesquisa*, 54, Artigo e10796. <https://doi.org/10.1590/1980531410796>